

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Registro de preços para Aquisição de **MÁSCARAS DESCARTÁVEIS - TIPO CIRÚRGICAS, acondicionadas em caixa de papelão contendo 50 unidades, envolvidas em plástico transparente. Tem o fito de garantir o retorno seguro dos alunos a partir de 2 anos de idade da Rede Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.**

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Educação
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico Via Sistema de Registro de Preços, Decreto Federal nº: 10.520/02, Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 10.024/2019.
1.4	<b>Prazo:</b>	Imediato
1.4	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**2. DA AQUISIÇÃO**

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o quantitativo para aquisição do mesmo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
<b>COTA RESERVADA</b>			
<b>01</b>	<b>MÁSCARA DESCARTÁVEL INFANTIL COM TRIPLA PROTEÇÃO</b> Máscara descartável Infantil, tipo cirúrgica, tamanho único para crianças de 3 a 12 anos, indicada para segurança e proteção de crianças para uso em ambientes escolares, cuidados e proteção contra respingos salivais e contaminação bacteriana. Possui no mínimo 3 camadas de proteção, sendo elas: 1ª camada de tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, na 2ª camada (camada interna) de filtro Meltblown com gramatura 25g/m2 e na 3ª camada com tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, camadas filtrante de alta vazão e maior capacidade de retenção a	CAIXA C/50 UND	10.126



	<p>contaminantes , bactericida (BFE) micro-partículas e vírus com eficiência de filtração bacteriana <b>igual ou superior a 95%</b>, solda ultrassônica.</p> <p>Possui clipe para ajuste no nariz em metal galvanizado e coberto com plástico.</p> <p>Possui elástico roliço, macio e fino que não machuca a orelha</p> <p><b>Características:</b></p> <p>Excelente distribuição e uniformidade das fibras, impedindo a contaminação por respingos salivais e o contato com o pó nos ambientes, ótima resistência, não solta fiapos, fixo e antimicrobiana, anti-alérgica, atóxica, anti-térmica, baixa inflamabilidade, alto poder de impermeabilidade, proteção igual ou superior a BFE 95%, <b>com aproximadamente 15cm x 10cm, na cor azul- claro.</b></p> <p>Acondicionadas em caixas de papelão, contendo <b>50 unidades envolvidas e plástico transparente.</b> Na caixa deverá conter número do lote, data de fabricação e validade mínima de 24 meses a contar pela data de entrega do produto; <b>Informações do fabricante, de acordo com as normas vigentes para o produto ANVISA - RDC 356/20.</b></p> <p>Uso único e descartável</p>		
02	<p><b>MÁSCARA DESCARTÁVEL ADULTO COM TRIPLA PROTEÇÃO</b></p> <p>Máscara descartável adulto, tipo cirúrgica para crianças acima de 12 anos. Segurança e proteção de crianças e adolescentes para uso em ambientes escolares, cuidados e proteção contra respingos salivais e contaminação bacteriana.</p> <p>Possui no mínimo 3 camadas de proteção, sendo elas: 1ª camada de tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, na 2ª camada (camada interna) de filtro Meltblown com gramatura 25g/m2 e na 3ª camada com tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, camadas filtrante de alta vazão e maior capacidade de retenção a contaminantes , bactericida (BFE) micro-partículas e vírus com eficiência de filtração bacteriana <b>igual ou superior a 95%</b>, solda ultrassônica.</p> <p>Possui clipe para ajuste no nariz em metal galvanizado e coberto com plástico.</p> <p>Possui elástico roliço, macio e fino que não machuca a orelha</p> <p><b>Características:</b></p> <p>Excelente distribuição e uniformidade das fibras, impedindo a contaminação por respingos salivais e o contato com o pó nos ambientes, ótima resistência, não solta fiapos, fixo e antimicrobiana, anti-alérgica, atóxica, anti-térmica, baixa inflamabilidade, alto poder de impermeabilidade, proteção igual ou superior a BFE 95%, <b>com aproximadamente 18cm x 10cm, na cor azul- claro.</b></p> <p>Acondicionadas em caixas de papelão, contendo <b>50 unidades envolvidas e plástico transparente.</b> Na caixa deverá conter número do lote, data de fabricação e validade mínima de 24 meses a contar pela data de entrega do produto; <b>Informações do fabricante, de acordo com as normas vigentes para o produto ANVISA - RDC 356/20.</b></p> <p>Uso único e descartável</p>	CAIXA C/50 UND	8.639



<b>COTA PRINCIPAL</b>			
<b>03</b>	<p><b>MÁSCARA DESCARTÁVEL INFANTIL COM TRIPLA PROTEÇÃO</b></p> <p>Máscara descartável Infantil, tipo cirúrgica, tamanho único para crianças de 3 a 12 anos, indicada para segurança e proteção de crianças para uso em ambientes escolares, cuidados e proteção contra respingos salivais e contaminação bacteriana.</p> <p>Possui no mínimo 3 camadas de proteção, sendo elas: 1ª camada de tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, na 2ª camada (camada interna) de filtro Meltblown com gramatura 25g/m2 e na 3ª camada com tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, camadas filtrante de alta vazão e maior capacidade de retenção a contaminantes, bactericida (BFE) micro-partículas e vírus com eficiência de filtração bacteriana <b>igual ou superior a 95%</b>, solda ultrassônica.</p> <p>Possui clipe para ajuste no nariz em metal galvanizado e coberto com plástico.</p> <p>Possui elástico roliço, macio e fino que não machuca a orelha</p> <p><b>Características:</b></p> <p>Excelente distribuição e uniformidade das fibras, impedindo a contaminação por respingos salivais e o contato com o pó nos ambientes, ótima resistência, não solta fiapos, fixo e antimicrobiana, anti-alérgica, atóxica, anti-térmica, baixa inflamabilidade, alto poder de impermeabilidade, proteção igual ou superior a BFE 95%, <b>com aproximadamente 15cm x 10cm, na cor azul-claro.</b></p> <p>Acondicionadas em caixas de papelão, contendo <b>50 unidades envolvidas e plástico transparente.</b> Na caixa deverá conter número do lote, data de fabricação e validade mínima de 24 meses a contar pela data de entrega do produto; <b>Informações do fabricante, de acordo com as normas vigentes para o produto ANVISA - RDC 356/20.</b></p> <p>Uso único e descartável</p>	CAIXA C/50 UND	33.934
<b>04</b>	<p><b>MÁSCARA DESCARTÁVEL ADULTO COM TRIPLA PROTEÇÃO</b></p> <p>Máscara descartável adulto, tipo cirúrgica para crianças acima de 12 anos. Segurança e proteção de crianças e adolescentes para uso em ambientes escolares, cuidados e proteção contra respingos salivais e contaminação bacteriana.</p> <p>Possui no mínimo 3 camadas de proteção, sendo elas: 1ª camada de tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, na 2ª camada (camada interna) de filtro Meltblown com gramatura 25g/m2 e na 3ª camada</p>	CAIXA C/50 UND	40.973



<p>com tecido 100% Polipropileno hidrofóbico 25g/m2, camadas filtrante de alta vazão e maior capacidade de retenção a contaminantes, bactericida (BFE) micro-partículas e vírus com eficiência de filtração bacteriana <b>igual ou superior a 95%</b>, solda ultrassônica. Possui clipe para ajuste no nariz em metal galvanizado e coberto com plástico.</p> <p>Possui elástico roliço, macio e fino que não machuca a orelha</p> <p><b>Características:</b></p> <p>Excelente distribuição e uniformidade das fibras, impedindo a contaminação por respingos salivais e o contato com o pó nos ambientes, ótima resistência, não solta fiapos, fixo e antimicrobiana, anti-alérgica, atóxica, anti-térmica, baixa inflamabilidade, alto poder de impermeabilidade, proteção igual ou superior a BFE 95%, <b>com aproximadamente 18cm x 10cm, na cor azul-claro.</b></p> <p>Acondicionadas em caixas de papelão, contendo <b>50 unidades envolvidas e plástico transparente.</b> Na caixa deverá conter número do lote, data de fabricação e validade mínima de 24 meses a contar pela data de entrega do produto; <b>Informações do fabricante, de acordo com as normas vigentes para o produto ANVISA - RDC 356/20.</b></p> <p>Uso único e descartável</p>		
--	--	--

2.2. Para fins de ampliar a participação no certame, poderão ser aceitos laudos com a NBR 15052/2004, quanto com a sua atualização NBR 15052/21.

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. É sabido, que a transmissão do Covid ainda é alarmante. Considerando a sua nova fase, a variante Ômicron, agravada nos últimos dias pelo vírus da gripe Influenza aqui no Brasil. Vem se tornando mais rotineira nos noticiários a palavra “Flurona”. Trata-se do termo usado para designar uma infecção simultânea pelo Covid e pelo vírus Influenza. Com o aumento e agravamento de casos, acrescidos de estudos recentes, sugerem que a Ômicron tem menos probabilidade de deixar as pessoas gravemente doentes do que as variantes anteriores de Covid. Mas o número recorde de pessoas infectadas vem deixando os sistemas de saúde sobrecarregados, disse o diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

3.1.1. Ainda estamos sendo assombrados com os efeitos corona vírus e sua nova variante Ômicron que, simultaneamente com o vírus Influenza, causador da gripe, vem provocando o aumento do número de internações e a procura pelo sistema de saúde. A organização Mundial da Saúde - OMS disse que o número de casos globais vem aumentando em 71% na última



semana e, nas Américas, subiu 100%. A entidade afirma que, entre os casos graves em todo o mundo, 90% são em pessoas que não foram vacinadas.

*“O Brasil pode atingir o pico elevado de infectados por dia pela Covid em meados de fevereiro por causa da disseminação da variante Ômicron, apontam estimativas da Universidade de Washington.*

*As projeções incluem não só casos positivos confirmados, mas também estimativas de quem se infectou e nem chegou a testar.*

*Essa nova onda promete ser um “tsunami” de casos em relação a tudo que se viu na pandemia até agora. Conforme os pesquisadores americanos, o país já deve ter hoje mais de 430 mil pessoas se infectando todos os dias.”*

3.1.2. Para o enfrentamento dessa nova variante, visando o bem estar e a proteção dos alunos, o Município de Nova Friburgo, através do **Decreto nº. 1177 de 11 de Novembro de 2021**, que dispôs sobre as diretrizes para o retorno das aulas 100% presenciais das instituições públicas e privadas localizadas no município, Capítulo 1 - Artigo 1º parágrafo 2º que recomenda, entre outros, a utilização de Máscaras faciais em todas as instituições de ensino, para as atividades presenciais, para crianças a partir de 4 anos de idade e o estímulo ao uso naquelas de 2 a 4 anos.

3.1.3. A presente proposição para a aquisição dos bens, justifica-se pelo controle e prevenção do número de casos de COVID-19 em todo país, sobretudo nas Unidades Escolares do Município de Nova Friburgo.

3.1.4. O Corona vírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um vírus que causa uma doença respiratória semelhante à gripe e apresenta sintomas como tosse, febre e, em casos mais graves, pneumonia. A principal forma de contágio do vírus é o contato com uma pessoa infectada, que transmite o vírus por meio de tosse, espirros, gotículas de saliva ou coriza.

3.1.5. A aquisição de MÁSCARAS DESCARTÁVEIS para atender aos alunos, matriculados no corrente ano letivo na Rede Municipal de Ensino Nova Friburgo, visando condições de segurança, apoio e proteção aos discentes, assegurando acesso e a permanência dos alunos, de forma presencial, no processo educacional. Caracteriza-se investimento na educação pública municipal por meio de ações promotoras de qualidade da vida escolar.

3.1.6. A presente aquisição visa preparar as Unidades de ensino para o reinício das aulas 100% presenciais durante o período de enfrentamento do corona vírus. Além de estimular o uso em crianças de 2 a 4 anos de idade. Os bens elencados a cima possuem o fito de auxiliar na prevenção e no combate do vírus.

3.1.7. Outrossim, a aquisição dos bens faz-se necessário, haja visto o abastecimento das Unidades Escolares visando prover os alunos para terem acesso as aulas presenciais, protegendo-os de possíveis contágios e promovendo estímulo, a prevenção e disseminação do vírus. Além de garantir condições básicas seguras de higiene, bem como garantir o direito à educação ao criar meios para permanência desses estudantes nas escolas, pois a inacessibilidade



afeta diretamente o desempenho escolar e restringe o desenvolvimento de seu potencial na vida adulta.

Observa-se que o presente instrumento, respalda-se no levantamento elaborado pelo Sistema de Gestão e-Cidade, logo, concluiu-se que antes mesmo de consolidar o interesse, a Secretaria Municipal de Educação, preocupou-se em zelar pela elaboração da justificativa, a fim de instrumentalizar o interesse público e por consequência respaldar com as informações de natureza elementares.

Imperioso ressaltar que a quantidade estimada tem como finalidade abarcar os alunos do maternal, pré-escolar, ensino fundamental e EJA matriculados na Rede Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo com idade a partir de 1 de idade, totalizando 18367 alunos atendidos, por dias letivos, conforme dados atuais. Atenderá a real necessidade pelo período de 200 dias letivos, com entrega das máscaras mensalmente para cada aluno e será procedida **Registro de Preços.**

- **Máscaras Infantis - Cada aluno da Educação Infantil, período integral, receberão 2 máscaras infantis diariamente;**
- **Máscaras Adulto - Os alunos do Ensino Fundamental - 3 turnos (manhã, tarde e noite) receberão 1 máscara adulto diariamente.**
- **OBS: Levando em consideração a duração de cada máscara de no mínimo 5 horas.**

• **Acréscimo de 1% em cima do quantitativo total de cada tamanho visando alunos novos.**

**META:** Distribuir máscaras para 100% dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental e EJA da Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo de 2022. Propiciar aos alunos matriculados da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo, condições de freqüentar as aulas devidamente protegidos, contribuindo, assim, para o controle, prevenção e combate aos vírus.. É dever do Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, prover uma educação de qualidade aos seus usuários.

#### **4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Não poderão concorrer neste certame as sociedades empresariais e empresários que se enquadrarem nas seguintes situações:

4.1.1 Para os itens da COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS, não poderão participar as empresas que estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte

ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

- 4.1.2 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 4.1.3 Impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 4.1.4 Na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- 4.1.5 sociedades empresariais que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.
- 4.1.6 será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico- financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico- financeira.
- 4.1.7 Sociedade empresária ou empresário proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, §8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);
- 4.1.8 empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);
- 4.1.9 que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.10 entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame da empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importado o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;



4.1.11 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

4.1.12 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.1.13 será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

## 5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A despesa decorrente da aquisição dos bens descritos no presente Termo de Referência ocorrerá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	339032-00
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	01
5.1.3	<b>Programas de Trabalho:</b>	22002.1236100572.146 22003.1236500672.165

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**  
**CNPJ: 28.606.630/0001-23**  
**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,**  
**NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 6 DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado de forma imediata, contado no máximo 20 (vinte) dias após a data de entrega da Nota de Empenho, no endereço abaixo.

**ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

**Rua Herculano Gomes da Silva, nº. 201 - Cep: 28630220 - Km 03 - Córrego D'Antas - Nova  
Friburgo - RJ.**

**HORÁRIO DE ENTREGA: De segunda à quinta-feira, das 07:00 às 14 horas.**



- 6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7 DA LIQUIDAÇÃO**

- 7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **8 DO PAGAMENTO**

- 8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:
- Negativa de Débitos Trabalhistas;
  - Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
  - FGTS;
  - PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
  - Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
  - Estadual CND – referente ao ICMS.



- 8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;
- 8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- 9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3 Atestar as notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;
- 9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação para representá-la na execução do Contrato;

10.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.8. Fornecer o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação.

10.10. Responsabilizar-se, por qualquer adulteração do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega.

## **11 MEDIDAS ACAUTELADORAS**

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **12 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição será exercido por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Miguel Ângelo Bueno Fernandes	116275	Gestor titular
Gustavo da Silva da Martins	105872	Gestor titular
Eraldo Alves da Silva Junior	116272	Fiscal titular
Marcelo Carlos Oliveira	990345	Fiscal substituto

13.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

14.1 O presente documento foi elaborado pelo gestor e responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

#### **15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar a ata ou aceitar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.3.1 Advertência;

15.3.2 Multa:

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 moratórias no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 moratórias no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.5 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **16 DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **17 DA RESCISÃO**

17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão da contratação:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Educação.

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.

17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

Nova Friburgo, 27 Janeiro de 2022.

### **Responsáveis pela elaboração:**

Miguel Ângelo Bueno Fernandes  
Mat. 116275

### **Apoio Técnico:**

Gustavo da Silva Martins  
Mat. 105872

### **De acordo:**

Caroline Moura Klein  
Secretária Municipal de Educação  
Mat.: 990953





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A  
D E E D U C A Ç Ã O

PROCESSO Nº: 01.989/2022

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_